Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

17/05/2011

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. COMARCAS..... 1 - 3
   1.2. JUIZADOS ESPECIAIS..... 4
   1.3. JULGAMENTOS..... 5 - 6
2. JORNAL AQUI
   2.1. COMARCAS..... 7
   2.2. JULGAMENTOS..... 8 - 9
3. JORNAL ATOS E FATOS
   3.1. JUIZADOS ESPECIAIS..... 10
   3.2. JULGAMENTOS..... 11
   3.3. METAS DO CNJ..... 12
   3.4. PRISÃO..... 13
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. COMARCAS..... 14 - 15
   4.2. JUIZADOS ESPECIAIS..... 16 - 18
   4.3. JULGAMENTOS..... 19 - 22
   4.4. METAS DO CNJ..... 23
5. JORNAL EXTRA
   5.1. JULGAMENTOS..... 24 - 27
6. JORNAL O IMPARCIAL
   6.1. COMARCAS..... 28
   6.2. JULGAMENTOS..... 29 - 30
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. COMARCAS..... 31 - 37
   7.2. JUIZADOS ESPECIAIS..... 38 - 39
   7.3. JULGAMENTOS..... 40 - 43
   7.4. METAS DO CNJ..... 44
   7.5. PRESIDENTE..... 45
8. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE
   8.1. COMARCAS..... 46
   8.2. JUIZADOS ESPECIAIS..... 47

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

AMB vai pedir mais segurança para fóruns estaduais

Sergia Miranda, Rosangela Prazeres e Brígido Lages

Pág. 6

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AMB vai pedir mais segurança para fóruns estaduais

A Associação dos Magistrados do Brasil vai pedir ao Tribunal de Justiça investimento efetivo na segurança dos fóruns estaduais, de modo a também proteger juízes e a comunidade, anunciou ontem a desembargadora Sergia Mendonça Miranda. A magistrada, que é diretora da Secretaria da Mulher Magistrada, da AMB, esteve pela manhã no fórum de Rosário, condenou a invasão da unidade e levou a solidariedade da entidade à juíza Rosangela Prazeres.

De acordo com Sergia Miranda, a AMB vê o fato com muita preocupação. "A invasão do fórum atenta contra as prerrogativas da magistratura, e a atinge diretamente", avaliou. Para tratar de assuntos dessa ordem, a associação criou a Secretaria de Segurança dos Juízes.

A desembargadora e o assessor do presidente da AMB José Vanderley da Silva estiveram no local onde processos e a toga da juíza foram atirados ao Rio Itapecuru – por trás do fórum – e mais tarde viram exemplares resgatados a secar em uma sala. Papéis e a toga da juíza estão imprestáveis. Vários processos serão restaurados por empresa especializada.

A juíza disse que se sentia

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reprodução

Sergia Miranda, Rosangela Prazeres e Brígido Lages discutem proteção a fóruns em Rosário

fortalecida com o apoio da AMB – e o respaldo anterior do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça e Associação dos Magistrados do Estado (AMMA) – e informou ter continuado a realizar júris depois da invasão.

Rosangela Prazeres relacionou a ação em Rosário a fator de intimidação do Judiciário, mais que a ela como magistrada. O presidente da AMMA, juiz Brígido Lages, pensa que uma resposta incisiva do Judiciário irá inibir situações de risco a fóruns e juízes. Um segundo tópico da reunião foi o atentado contra o juiz de Tuntum, Pedro Holanda Pascoal.

O inquérito aberto na delegacia de Rosário, e entregue a uma das três delegadas regionais, sugere que os invasores conheciam o fórum e a rotina de trabalho. Após entrarem por basculante na cozinha, foram diretamente ao gabinete da juíza e dali arrancaram só processos criminais. A partir de quarta-feira da semana passada, três policiais da reserva cuidam da segurança do prédio.

A comarca deveria ter anunciado nesta segunda o levantamento do total de processos furtados e recuperados, o que não foi possível apesar dos servidores trabalharem no sábado. Na sexta-feira, 13, foi anunciada a recuperação de 24 processos.

De toga nova, a juíza vai presidir quatro júris na área criminal até o final de maio, o primeiro deles nessa terça-feira. Os próximos ocorrerão dias 19, 24 e 29.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Escolas serão chamadas a ajudar a identificar paternidade de alunos

Secretários de Educação do estado e município e diretores de escolas da rede pública de ensino serão chamados para reunião com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) dia 23, às 14h30, no Fórum do Calhau, na qual será proposta parceria com os juízes de Varas de Família para identificar alunos sem paternidade declarada em registro. A decisão é resultado de reunião na manhã desta segunda-feira, 16, no fórum, do juiz auxiliar da CGJ Kleber Costa Carvalho com juízes das sete varas de família da capital.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DECISÃO

Pág. 6

Juiz autoriza aborto de feto anencéfalo em Grajaú

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Juiz autoriza aborto de feto anencéfalo em Grajaú

O juiz da 2ª vara de Grajaú, João Pereira Neto, autorizou a interrupção da gravidez de M. C. S., gestante de seis meses de feto anencéfalo. De acordo com a decisão, tomada na quinta-feira, 12, o procedimento deve ser realizado no Hospital São Francisco de Assis ou outro mantido pelo Sistema Único de Saúde – SUS no município.

João Pereira Neto autorizou ainda V.C.S.F. a acompanhar o procedimento, ficando junto da irmã e "prestando-lhe o apoio e auxílio necessário".

O magistrado determina que o hospital citado na decisão e o secretário de Saúde de Grajaú sejam informados da sentença e recebam cópias. "Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se o alvará", completa.

Essa é a segunda decisão do tipo autorizada por um magistrado maranhense nos últimos dois meses. A outra foi do juiz Márcio Brandão, da 1ª Vara de São José de Ribamar.

Risco - A sentença atende à ação de alvará judicial na qual M. C. S. requer autorização judicial para a interrupção de feto anencéfalo de alto risco. Entre as alegações da gestante destaca-se a de que é portadora de doença hipertensiva específica da gestação.

Segundo a autora da ação, o problema, verificado desde o início da gestação, foi constatado por meio de exames, edemas e outros sintomas.

O desgaste emocional vivido em razão da anomalia, e que atinge o bem-estar físico, mental e psicológico, seria outro complicador.

Espinhoso - Em suas alegações, João Pereira Neto citando o artigo 128, I, do Código Penal, que diz que "não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante".

O magistrado ressalta que a prova dos autos testifica que a requerente está sob grave risco de morte se a gravidez for levada adiante.

O juiz destaca dois laudos comprobatórios do problema, um deles assinado pelo médico Paulo Facundo Neto, de quem teria ouvido a informação de que "na remota e improvável hipótese de o nascituro nascer com vida extrauterina, a probabilidade de evoluir a óbito em minutos (ou até mesmo em segundos) é bastante elevada, e nunca descartada".

Duas ultrassonografias em dias diversos diagnosticaram como anencefalia o problema da criança.

Difícil – Além de valores consagrados na Constituição, o juiz enfatiza que "negar o pedido representaria um mal maior, devido às chances de o feto vir a falecer no útero da mãe, e esta também sofrer complicações gestacionais mais do que está enfrentando".

E desabafa: "Confesso que, em quase dez anos na magistratura, foi a sentença mais difícil que proferi. Envolve vários questionamentos, sobretudo aspectos religiosos e morais. Trata-se de ser vivo, ainda que com baixíssima possibilidade de sobrevivência".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

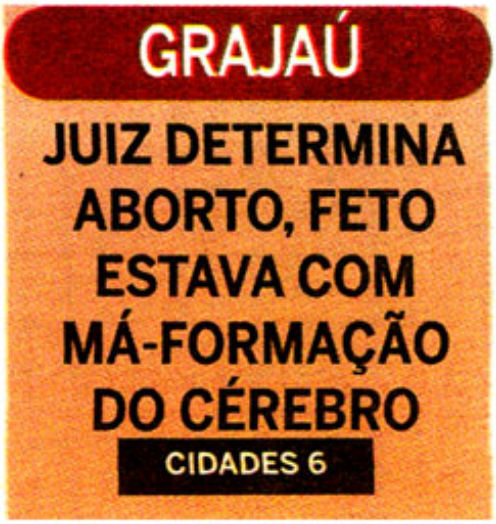
GARANTIA

Reformados da PM na segurança da Justiça

Quarenta e cinco policiais militares da reserva remunerada já foram indicados pelo Gabinete Militar do Tribunal de Justiça ao setor de Recursos Humanos para trabalharem na segurança e vigilância dos edifícios-sede das comarcas do interior e da capital.

Esta medida foi possível graças a um convênio celebrado entre o Tribunal, a Corregedoria da Justiça e o Estado. Três desses policiais já estão atuando na cidade de Rosário. Ainda existem vagas a serem preenchidas. Como incentivo ao trabalho, o policial militar da reserva remunerada receberá como pagamento de 50% dos proventos que já estiver percebendo às expensas do TJ.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

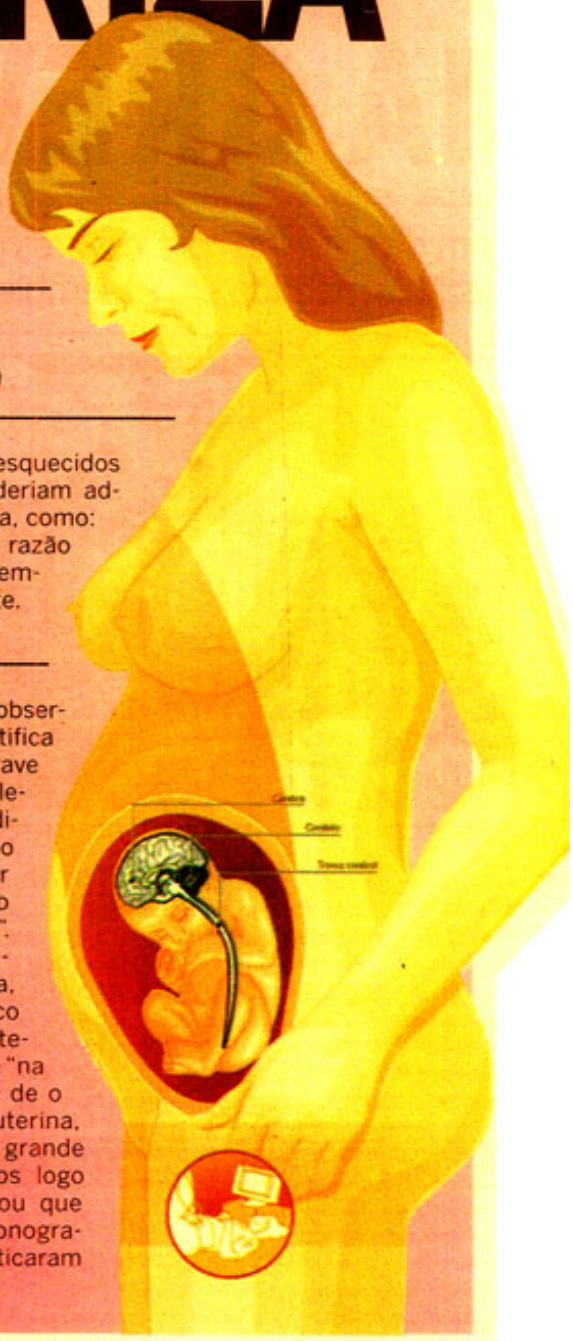


Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

GRAJAÚ

JUIZ AUTORIZA ABORTO

Gestante de seis meses ganha na Justiça direito de interromper gravidez devido à má-formação do feto



"Confesso que, em quase 10 anos na magistratura, foi a sentença mais difícil que proferi." Essas são palavras do juiz da 2ª Vara de Grajaú, João Pereira Neto, que autorizou a interrupção da gravidez de uma gestante de seis meses com feto anencéfalo (má-formação de parte do cérebro). De acordo com a decisão, tomada na quinta-feira, 12, o procedimento deve ser realizado em hospital do município.

Segundo o magistrado fica determinado que o hospital e o secretário de Saúde de Grajaú sejam informados da sentença e recebam cópias. Essa é a segunda decisão do tipo autorizada por um magistrado maranhense nos últimos dois meses. A outra foi do juiz Márcio Brandão da 1º Vara de São José de Ribamar.

A sentença judicial atende ao pedido da gestante que solicitou a interrupção da gravidez à Justiça. Além disso, a futura mãe informou ao magistrado que sofre de doença hipertensiva e que isso é fator de risco. Segundo a autora do pedido de interrupção da gravidez, o problema foi diagnosticado nos primeiros meses de gestação e que foi realizados exames médicos que constataram a doença no feto. Contribuíram para o diagnóstico o aparecimento de edemas além de outros sintomas característicos da enfermidade. Para a sentença do juiz, não foram esquecidos os possíveis traumas que poderiam advir se a gestação fosse mantida, como: desgaste emocional vivido em razão da anomalia, que atingiria o bem-estar físico e mental da gestante.

ULTRASSONOGRAFIAS

Nas considerações, o juiz observou que a prova dos autos testifica que a requerente está sob grave risco de morte se a gravidez for levada adiante. E destacou o Código Penal, Art 128, que traz: "não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante". Observou ainda que, dois laudos comprovaram o problema, um deles assinado pelo médico Paulo Facundo Neto, de quem teria ouvido a informação de que "na remota e improvável hipótese de o bebê nascer com vida extrauterina, existe a probabilidade muito grande de morte em poucos minutos logo após o parto." O juiz informou que foram realizadas duas ultrassonografias em dias diversos e diagnosticaram a doença no feto.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Escolas serão chamadas a ajudar a identificar paternidade de alunos

Secretários de Educação do estado e município e diretores de escolas da rede pública de ensino serão chamados para reunião com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) dia 23, às 14h30, no Fórum do Calhau, na qual será proposta parceria com os juízes de Varas de Família para identificar alunos sem paternidade declarada em registro.

A decisão é resultado de reunião na manhã desta segunda-feira, 16, no fórum, do juiz auxiliar da CGJ Kleber Costa Carvalho com juízes das sete varas de família da capital.

Uma das idéias para o futuro encontro é que a convocação de mães ou alunos (caso de estudante maior) seja feita pela diretoria das escolas onde esses alunos foram identificados.

Kleber Costa Carvalho sugeriu incluir na lista de convidados os diretores de escolas com índices maiores de estudantes na situação tratada.

Na reunião desta segunda-feira, destacou os números de alunos na situação identificados através de censo escolar: 453.993 em todo o Estado, dos quais 57.334 só na capital maranhense. Timon vem em segundo lugar, com 17.586 alunos sem paternidade reconhecida.

Em São Luís, o número de escolas listadas é de 669, entre estabelecimentos da rede pública e particular de ensino. Em apenas uma delas o número de alunos na situação é de 3.229. De acordo com o juiz, dados do CNJ sobre os alunos nessa situação foram filtrados, de modo que as escolas fossem separadas por município.

Foram elaborados nove anexos contemplando "as reais situações com as quais os juízes devem se deparar durante o trabalho", como o caso em que o aluno, maior de idade, se recusa a fornecer dados sobre o suposto pai; ou situações como a que a mãe informa que já existe ação de investigação de paternidade tramitando na Justiça, além de outras.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Vereador acusado de mandar matar juiz é solto no plantão (I)

Orleans Moreira Cruz, vereador do município de Tuntum, e suspeito de ser o mandante dos disparos contra a casa do juiz da cidade, em 8 de abril, teve sua prisão revogada na noite de domingo, 15, pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que respondia pelo plantão judiciário até as 8h desta segunda-feira, 16.

Vereador acusado de mandar matar juiz é solto no plantão (II)

O vereador foi preso no último dia 10, durante ato público articulado pelo Poder Judiciário em apoio ao juiz da Comarca. Moreira responde a processo por homicídio duplo de lavradores, ocorrido em 18 de agosto de 2006. O mandado de prisão foi expedido pelo juiz Rodrigo Terças, que auxilia na comarca, a pedido de um grupo de promotores de justiça: Gabriel Gonçalves, Romel Patriota (Colinas) e Agamenon Batista de Almeida (Cândido Mendes).

Vereador acusado de mandar matar juiz é solto no plantão (III)

Segundo o advogado de Moreira, Edílson Araújo, faltou objetividade ao decreto da atual prisão de seu cliente, que teria sido relacionada a fatos alheios ao processo para fundamentar a decisão. Segundo a defesa, não houve elementos concretos para justificar a prisão, pois Moreira é homem público, com nove mandatos consecutivos de vereador, não tendo necessidade de se esconder ou ameaçar alguém.

Vereador acusado de mandar matar juiz é solto no plantão (IV)

O desembargador Figueiredo observou que o próprio STJ verificou a desnecessidade da prisão, cassando-a ainda em 2006, quando da abertura da Ação Penal. O fato de a criminalidade no município ter aumentado, como justificou o juiz Terças, para decretar a presente prisão de Moreira, não a justificaria.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CNJ faz revisão das inspeções realizadas na Justiça maranhense

Uma equipe de juízes e servidores da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça dá início nesta terça-feira (17), em São Luís, ao trabalho de revisão da inspeções realizadas no Tribunal de Justiça do Maranhão em outubro de 2008 e em setembro de 2009.

A revisão das inspeções será feita junto às unidades judiciárias e administrativas da Justiça comum estadual de primeira e segunda instância.

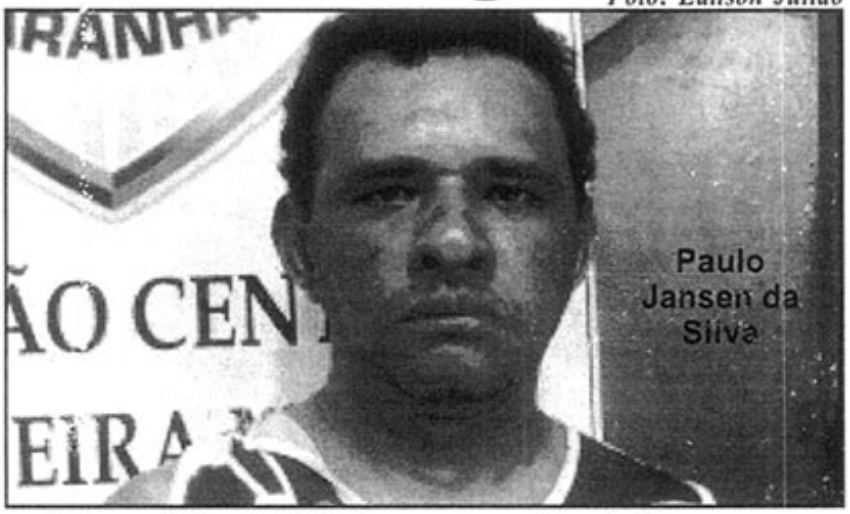
Determinada pela Portaria Nº 37/11, da Corregedoria Nacional de Justiça, a revisão das inspeções não atingirá a Justiça Federal comum ou especializada, mas serão colhidas junto a esses setores do Judiciário eventuais sugestões ou reclamações relativas às suas respectivas atribuições.

Os trabalhos serão conduzidos pelos juízes auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto e Marlos Augusto Melek, com a assessoria do desembargador Silvio Marques Neto e dos servidores Benedito Eugênio de Almeida Siliano, Jacqueline Paiva Rufino e Maristela Costa de Arruda.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PM prende arrombador em flagrante delito

Foto: Edilson Julião



A guarnição da PM, viatura 984, da CPTUR, de serviço na área da Lagoa da Jansen, integrada pelos policiais Fraga, Roniel e Janilton, apresentaram no Plantão Central da Beira-Mar, Paulo Jansen da Silva, de 37 anos, morador da Trav. Frei Antônio, na Ponta da Areia. De acordo com o Boletim de Ocorrência, os policiais militares foram acionados por Rosilene de Fátima Boás Costa, que teve sua residência arrombada por Paulo Jansen.

Quando o dia amanheceu, todas as pessoas que residem no imóvel saíram para trabalhar. A última a sair foi a diarista Rosilene Costa, que não percebeu o arrombado próximo de sua casa. Depois que a diarista sumiu de vista, o arrombador entrou em ação, arrombando o imóvel. Em seguida, saiu à procura de coisas de valores. Encontrou um microsystem, colocou embaixo do braço e tratou de evadir-se sorrateiramente.

Mas sua ganância era muito grande. Minutos depois, o gatuno Paulo Jansen retornou à casa de Rosilene Costa e vendo que não tinha ninguém começou a agir. Arrumou um ventilador, um DVD e um microondas, mas deu azar.

Vizinhos perceberam que havia gente estranha na casa de Rosilene Costa e resolveram agir. Armados com pedaços de pau, deram o flagrante em Paulo Jansen dentro de casa. O arrombador tentou se explicar, mas não convenceu ninguém. Os vizinhos, de imediato, acionaram a Polícia. Quando a viatura 984, da CPTUR, chegou, os policiais deram voz de prisão para Jansen, que foi levado para o Plantão Central da Beira-Mar. Depois de ouvido pelo delegado plantonista e autuado em flagrante, o arrombador foi encaminhado para o Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde aguardará pronunciamento da Justiça.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Visita

A desembargadora Sérgia Miranda, representante da Associação de Magistrados do Brasil (AMB), esteve no Maranhão para visitar a juíza Rosângela Prazeres, titular da Comarca de Rosário.

A magistrada maranhense sofreu ameaça há uma semana.

Na avaliação da desembargadora, o Fórum de Rosário não tem condições físicas e de segurança de prestar qualquer serviço ao cidadão.

Garantias

Depois da visita à juíza Rosângela Prazeres, a desembargadora Sérgia Miranda esteve com o presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon.

Na conversa, Gedeon garantiu à representante da AMB que o Fórum de Rosário será reformado e que um esquema de segurança foi acionado para garantir o trabalho na unidade judiciária.

E foi categórico ao afirmar que a juíza Rosângela Prazeres e seus servidores estão em segurança.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Magistrados reafirmam garantia do trabalho da Justiça no estado

Presidente do TJMA, Jamil Gedeon, diz que o Judiciário não vai se intimidar com agressões

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Gedeon, reafirmou ontem, em reunião com a diretora da Secretaria de Assuntos da Mulher Magistrada da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargadora Sérgia Miranda, a disposição firme do Poder Judiciário de não se intimidar diante das agressões e ameaças sofridas pelos juízes maranhenses no exercício da magistratura.

Este ano, os juízes Rosângela Prazeres (Rosário), Pedro Holanda Pascoal (Tuntum) e, mais recentemente, Lúcia Quadros (Cururupu) foram alvo de ameaças em função de decisões que tomaram nos processos sob sua responsabilidade.

"Todas as providências para fazer prevalecer o princípio da autoridade da Justiça e do juiz já foram tomadas. As garantias e prerrogativas dos magistrados serão preservadas, para que eles cumpram sua missão com dignidade e independência ", ressaltou Gedeon.

Vigilância - Segundo Jamil Gedeon, o Tribunal de Justiça do Maranhão está redimensionando o serviço de vigilância armada no âmbito do Judiciário, que deverá ser reforçado com cerca de 50 policiais da reserva da Polícia Militar do Maranhão.

A desembargadora Sérgia Miranda, que esteve na comarca de Rosário ontem, acompanhando o trabalho da juíza Rosângela Prazeres, disse que os atentados e vandalismos não impedirão o trabalho dos juízes, tampouco a sua independência. "Reagiremos com veemência e de forma severa contra os atos de vandalismo", afirmou.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), José Brígido Lages, jamais os juízes deixarão de realizar o seu trabalho devido a pressão ou ameaças.

"Agredir o Judiciário é o mesmo que agredir a sociedade, pois ele é o guardião dos seus direitos", assinalou Lages.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

57 mil estudantes não têm paternidade definida em SL

Levantamento foi feito em pouco mais de 100 escolas públicas

Segundo dados repassados à Corregedoria Nacional de Justiça do Estado do Maranhão (CNJ-MA) pelo Ministério da Educação, em São Luís, existem 57.334 estudantes que não têm paternidade declarada em certidão. No Maranhão, o número é de 453.993 alunos. O levantamento foi feito em pouco mais de 100 escolas. Para analisar os índices e propor soluções, aconteceu, na manhã de ontem, no Fórum Desembargador Sarney Costa, reunião com juízes de varas de família. Um novo encontro deverá acontecer segunda-feira, dia 23. Desta vez também estarão presentes diretores de oito instituições de ensino.

Na discussão foi tratada a operacionalização da Lei nº 8.560/1992, que regula a investigação de paternidade de filhos fora do casamento, e no Provimento 06/2011, do corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, para identificar o pai em registro de alunos onde consta apenas o nome da mãe.

Participaram da reunião sete juízes e o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça do Estado do Maranhão (CNJ), Kleber Costa Carvalho, que presidiu o encontro. Na ocasião, ficou acordado que o órgão terá de mobilizar uma equipe especial para realizar o trabalho de notificação e convocação das mães ou dos alunos - no caso de ser maior de idade.

Reunião - Outra decisão é de que haverá outra reunião, que acontecerá segunda-feira, dia 23, às 15h, no Salão do Júri, no Tribunal de Justiça. Desta vez, porém, haverá também presença dos diretores de escolas convidadas. São as que têm os maiores índices de estudantes sem pai reconhecido legalmente, como a Fundação Nice Lobão (Cintra), Centro de Educação de Jovens e Adultos, UEBs Tancredo Neves, Ministro Carlos Macieira e Professor Sá Valle, e os CEs Cidade Operária, Itaqui-Bacanga e Cidade de São Luís. A que tem o maior número de estudantes nessa situação é o Cintra, com 3.229 casos. "Queremos ainda chamar os secretários de Educação municipal e estadual, mas ainda discutiremos sobre isso", explicou Kleber Costa Carvalho.

A proposta inicial é convocar as mães a comparecer à Secretaria Judicial com documento de identidade e, se possível, certidão de nascimento do filho, e também informar o nome e o endereço do suposto pai. Quem for chamado deverá confirmar dados suficientes para a convocação do suposto pai. Quando isso ocorrer, será lavrado termo de indicação de paternidade. "Se a mãe não quiser ou se o filho não quiser ter o pai reconhecido, não obrigaremos ninguém que não queira", ressaltou Kleber Costa Carvalho.

O empecilho ainda para a realização das atividades é a disponibilidade de pessoal. "Será um trabalho grande, que deverá durar de 6 meses a 1 ano", avaliou o juiz auxiliar da CNJ.

Segundo o corregedor, a lista dos alunos de todo o estado em que o nome do pai é omitido já foi encaminhada aos juízes. Os números são de 57.334 na capital e 453.993 alunos em todo o Maranhão. "Os números acompanham uma média nacional. Queremos atingir o número máximo de estudantes para que elas tenham garantidas o seu direito de filhos", informou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Flora Dolores

Juízes de varas de família reunidos para discutir o tema do levantamento

Números

57.334

alunos não têm registro do pai em São Luís

453.993

alunos não têm registro do pai no Maranhão

100

é o número aproximado de escolas que participaram do levantamento

8

escolas foram pré-selecionadas para receberem as primeiras atividades

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Vereador de Tuntum continuará na prisão

A revogação da prisão do vereador Orleans Cruz, de Tuntum, suspeito de mandar atacar a casa do juiz da cidade, foi suspensa ontem. Ele havia sido liberado domingo por liminar. **Polícia 6**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça mantém preso vereador da cidade de Tuntum

Orleans Cruz, que havia sido liberado no domingo, teve liminar cassada ontem pelo desembargador Raimundo Nonato Melo

Orleans Moreira Cruz, vereador do município de Tuntum, suspeito de ser o mandante dos disparos contra a casa do juiz da cidade, em 8 de abril, teve sua prisão revogada na noite de domingo, 15, pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que respondia pelo plantão judiciário. No fim da tarde de ontem, entretanto, a soltura do parlamentar - que é vice-presidente da Câmara de Vereadores daquela Comarca -, foi anulada pelo desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo.

O vereador foi preso na terça-feira, 10, durante ato público articulado pelo Poder Judiciário em apoio ao juiz da Comarca. Orleans Moreira Cruz responde a processo por homicídio duplo de lavradores, ocorrido em 18 de agosto de 2006, donos de terras vizinhas às do vereador. O mandado de prisão foi expedido pelo juiz Rodrigo Terças, a pedido de um grupo de promotores de Justiça: Gabriel Gonçalves, Romel Patriota (Colinas) e Agamenon Batista de Almeida (Cândido Mendes).

Na primeira decisão, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos acatou ao pedido de *habeas corpus*, feito pelo advogado do vereador, Edilson Maximo Araujo da Silva, que alegou desnecessária a prisão do parlamentar, visto à "demora no processamento e julgamento". Raimundo Melo, no entanto, passou a ser o relator do *habeas corpus*, e julgou não estar "presentes os requisitos necessários à concessão da medida liminar", priorizando a "cautela" como requisito.

Pistolagem - Entre os crimes que teriam sido encabeçados pelo vereador, um já estava arquivado, porém, foi suscitado por exigências das autoridades do judiciário. Trata-se de um duplo homicídio, cometido em 2006, contra um casal de lavradores, dono de terras vizinhas à propriedade de Orleans Cruz. As vítimas foram assassinadas por dois pistoleiros que, conforme apurou a polícia, teriam sido contratados pelo vice-presidente da Câmara, pois as vítimas teriam se recusado a vender suas terras.

"As investigações apontaram que os pistoleiros se aproximaram do casal e o executou. Entretanto, durante a fuga, um dos bandidos foi baleado por um menino de 10 anos, filho dos lavradores mortos. O pistoleiro foi preso e confessou que o mandante daquele duplo homicídio seria o vereador Orleans Cruz. O parlamentar chegou a ser denunciado, mas teve o nome retirado do processo", explicou o superintendente de Polícia Civil do Interior (SPCI), Jair de Paiva.

Os nomes dos pistoleiros não foram divulgados. No entanto, além de Orleans Cruz e do filho Orleany Cruz, outros dois homens foram presos, e identificados como Sandro Borges e Otoniel Teixeira da Silva, o Gordo. De acordo com a polícia, "a organização criminosa liderada pelo parlamentar se considerava impune". Outros 10 mandados de prisão foram expedidos pela Justiça, e devem ser cumpridos nos próximos dias na Comarca de Tuntum, distante 375 km de São Luís.

Divulgação

Orfleans Cruz, mantido preso

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz autoriza aborto de feto anencéfalo no município de Grajaú

É a segunda decisão do tipo autorizada por um magistrado nos últimos 2 meses

GRAJAÚ - O juiz da 2ª Vara de Grajaú, João Pereira Neto, autorizou a interrupção da gravidez de M. C. S., gestante de seis meses de feto anencéfalo. De acordo com a decisão, tomada na quinta-feira (12), o procedimento deve ser realizado no hospital São Francisco de Assis ou outro mantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no município.

João Pereira Neto autorizou ainda V.C.S.F. a acompanhar o procedimento, ficando junto da irmã e prestando-lhe o apoio e auxílio necessários. Ele determina que o hospital citado na decisão e o secretário de Saúde de Grajaú sejam informados da sentença e recebam cópias.

Essa é a segunda decisão do tipo autorizada por um magistrado maranhense nos últimos dois meses. A outra foi do juiz Márcio Brandão, da 1ª Vara de São José de Ribamar.

A sentença atende à ação de alvará judicial na qual M. C. S. requer autorização para a interrupção de feto anencéfalo de alto risco. Entre as alegações da gestante destaca-se a de que é portadora de doença hipertensiva específica da gestação.

Segundo a autora da ação, o problema, verificado desde o início da gestação, foi constatado por meio de exames, edemas e outros sintomas. O desgaste emocional vivido em razão da anomalia, e que atinge o bem-estar físico, mental e psicológico, seria outro complicador.

Espinhoso - Em suas alegações, João Pereira Neto, citando o artigo 128, I, do Código Penal, que diz que não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante. Ele ressalta que a prova dos autos testifica que a requerente está sob grave risco de morte se a gravidez for levada adiante.

O juiz destaca dois laudos comprobatórios do problema, um deles assinado pelo médico Paulo Facundo Neto, de quem teria ouvido a informação de que, na remota e improvável hipótese de o nascituro nascer com vida extrauterina, a probabilidade de evoluir a óbito em minutos (ou até mesmo em segundos) é bastante elevada, e nunca descartada.

Duas ultrassonografias em dias diversos diagnosticaram como anencefalia o problema da criança. Além de valores consagrados na Constituição, o juiz enfatiza que negar o pedido representaria um mal maior, devido às chances de o feto vir a falecer no útero da mãe, e esta também sofrer complicações gestacionais mais do que está enfrentando.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

• **O desembargador** Raimundo Melo não brincou em serviço: manteve o vereador Osleans, de Tuntum, na cadeia.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corregedoria

Uma equipe de juízes e servidores da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça inicia hoje, em São Luís, o trabalho de revisão da inspeções realizadas no Tribunal de Justiça do Maranhão em outubro de 2008 e em setembro de 2009. A revisão das inspeções será feita junto às unidades judiciárias e administrativas da Justiça comum estadual de primeira e segunda instância. Os trabalhos serão conduzidos pelos juízes auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto e Marlos Augusto Melek, com a assessoria do desembargador Silvio Marques dos servidores Benedito Eugênio de Almeida Siliano e Jacqueline Paiva Rufino.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

OPERAÇÃO USURA

PREFEITO QUE ENTROU EM UMA "BOCA QUENTE" CONTINUA PRESO

PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Vereador continuará atrás das grades

O desembargador Raimundo Melo revogou, na tarde desta segunda-feira (16) a decisão proferida no plantão judicial de domingo (15) pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que determinou a soltura de Orleans Moreira Cruz, vereador do município de Tuntum, acusado, dentre outros crimes, de ser o mandante de dois homicídios e do atentado contra a casa do juiz Pedro Holanda Pascoal, ocorrido no dia 8 de abril deste ano. Moreira deverá aguardar preso até o julgamento do mérito do *habeas corpus*.

O vereador foi preso no último dia 10, durante ato público articulado pelo Poder Judiciário em apoio ao juiz da comarca. A defesa de Moreira ajuizou *habeas corpus* no domingo, 15 de maio, quando o desembargador Joaquim Figueiredo, em plantão, concedeu liminar, determinando a imediata soltura do vereador, que é vice-presidente da Câmara de Tuntum.

Após o plantão, os autos foram distribuídos ao desembargador Raimundo Melo, que passou a ser o relator do *habeas corpus*. O magistrado entendeu que a decisão proferida pelo plantonista deveria ser revogada.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz autoriza aborto de feto anencéfalo em Grajaú

O juiz da 2ª vara de Grajaú, João Pereira Neto, autorizou a interrupção da gravidez de M. C. S., gestante de seis meses de feto anencéfalo. De acordo com a decisão, tomada na quinta-feira (12), o procedimento deve ser realizado no Hospital São Francisco de Assis ou outro mantido pelo Sistema Único de Saúde – SUS no município.

João Pereira Neto autorizou ainda V.C.S.F. a acompanhar o procedimento, ficando junto da irmã e "prestando-lhe o apoio e auxílio necessário".

O magistrado determina que o hospital citado na decisão e o secretário de Saúde de Grajaú sejam informados da sentença e recebam cópias. "Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se o alvará", completa.

Essa é a segunda decisão do tipo autorizada por um magistrado maranhense nos últimos dois meses. A outra foi do juiz Márcio Brandão, da 1ª Vara de São José de Ribamar.

RISCO

A sentença atende à ação de alvará judicial na qual M. C. S. requer autorização judicial para a interrupção de feto anencéfalo de alto risco. Entre as alegações da gestante. destaca-se a de que é portadora de doença hipertensiva específica da gestação.

Segundo a autora da ação, o problema, verificado desde o início da gestação, foi constatado por meio de exames, edemas e outros sintomas.

O desgaste emocional vivido em razão da anomalia, e que atinge o bem-estar físico, mental e psicoló-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

gico, seria outro complicador.

ESPINHOSO

Em suas alegações, João Pereira Neto citando o artigo 128, I, do Código Penal, que diz que "não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante".

O magistrado ressalta que a prova dos autos testifica que a requerente está sob grave risco de morte se a gravidez for levada adiante.

O juiz destaca dois laudos comprobatórios do problema, um deles assinado pelo médico Paulo Facundo Neto, de quem teria ouvido a informação de que "na remota e improvável hipótese de o nascituro nascer com vida extrauterina, a probabilidade de evoluir a óbito em minutos (ou até mesmo em segundos) é bastante elevada, e nunca descartada".

Duas ultrassonografias em dias diversos diagnosticaram como anencefalia o problema da criança.

DIFÍCIL

Além de valores consagrados na Constituição, o juiz enfatiza que "negar o pedido representaria um mal maior, devido às chances de o feto vir a falecer no útero da mãe, e esta também sofrer complicações gestacionais mais do que está enfrentando".

E desabafa: "Confesso que, em quase dez anos na magistratura, foi a sentença mais difícil que proferi. Envolve vários questionamentos, sobretudo aspectos religiosos e morais. Trata-se de ser vivo, ainda que com baixíssima possibilidade de sobrevivência".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sem se intimidar

Os juízes ameaçados por bandidos que têm processos em andamento nos fóruns do interior estão decididos a não fugir da raia. Os magistrados Pedro Holanda Pascoal, de Tuntum, Rosângela Prazeres, de Rosário, e Lúcia Quadros, de Cururupu, sofreram ameaças graves em razão de suas funções judicantes.

O primeiro teve a casa alvejada por vários tiros; sua colega de Rosário teve o fórum invadido, seu gabinete devassado, com a supressão de vários processos criminais. Os bandidos levaram ainda a toga da juíza e atiraram tudo no Rio Itapecuru, deixando nas paredes de seu gabinete pichações ameaçadoras.

Ontem, o assunto foi discutido entre o presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon Neto, e a diretora da Secretaria de Assuntos da Mulher Magistrada da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargadora Sérgia Miranda. A posição da não intimidação dos magistrados foi a tônica do encontro. O TJ está redimensionando o serviço de vigilância armada no âmbito do Judiciário, que deverá ser reforçado com cerca de 50 policiais da reserva da Polícia Militar do Maranhão, além do próprio efetivo da tropa, determinada pelo secretário de Segurança, Aloísio Mendes.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

"Teje solto; teje preso" (1)

Só deu tempo trocar de roupa. O vereador de Tuntum, Orleans Moreira Cruz, solto da prisão domingo pelo juiz desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, voltou ontem para a cadeia por ordem do também desembargador Raimundo Melo.

"Teje solto; teje preso" (2)

O edil, que preside a Câmara, é acusado de alguns rolos pesados. Seria o mandante de dois homicídios e do atentado contra a casa do juiz Pedro Holanda Pascoal, ocorrido no dia 8 de abril deste ano, naquela mesma cidade. Agora, Moreira terá que aguardar preso até o julgamento do mérito do habeas corpus.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TUNTUM

Desembargador revoga soltura de vereador acusado de mortes

ISMAEL ARAÚJO

Ontem, o desembargador Raimundo Melo revogou a decisão proferida, no domingo, pelo desembargador José Joaquim Figueiredo, que determinou a soltura do vereador do município de Tutum, Orelans Moreira Cruz, acusado de ser o mandante de dois homicídios e do atentado contra a casa do juiz, Pedro Holanda Pascoal, que ocorreu no dia 8. A defesa de Moreira ajuizou habeas corpus no domingo, dia em que Joaquim Figueiredo estava de plantão, que concedeu liminar, determinando a imediata soltura do vereador, que é vice-presidente da Câmara de Tuntum. Ainda ontem, os autos foram distribuídos e o desembargador, Raimundo Melo, passou a ser o relator do habeas corpus. O magistrado entendeu que a decisão proferida pelo plantonista deveria ser revogada e na nova decisão, entendeu não estarem presentes os requisitos necessários à concessão da medida liminar. "A condução do processo deve ser deixada ao prudente arbítrio do magistrado", confirma o magistrado. O advogado do acusado, Edilson Máximo, está viajando, na manhã de hoje, a Brasília onde vai dar entrada a um mandato de segurança, no Superior Tribunal de Justiça, com o propósito de anular a decisão concedida pelo desembargador, Raimundo Melo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA abre licitação para construir fórum de Porto Franco

O Tribunal de Justiça do Maranhão realiza processo licitatório na modalidade concorrência, tipo menor preço, para contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a realização de construção do novo fórum de Porto Franco, entrância intermediária (732 km de São Luís).

A licitação acontecerá no dia 9 de junho, às 9h30, na sala da Comissão Permanente de Licitação no prédio da Diretoria Administrativa do Tribunal (sala 3, Rua de Nazaré, 173, Centro).

Serão construídos o novo fórum e duas varas judiciais em terreno com 3.643,72 m², com área reservada para futuras instalações. O terreno para construção do imóvel foi adquirido pela Prefeitura e doado ao Judiciário.

Os investimentos para a construção do novo fórum totalizam R$ 1.191.955,61 oriundos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj), que se destina a melhorar a infraestrutura da Justiça estadual. Enquanto aguarda a construção do novo fórum, a sede atual da comarca será reformada e ampliada.

Licitação e reforma – As obras de construção e reforma do 1º grau foram priorizadas pela gestão do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e fazem parte da política de reestruturação das varas judiciais e juizados especiais que se encontram com as instalações necessitando de melhorias.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PMs da reserva remunerada são selecionados para atuar nos fóruns

Quarenta e cinco policiais militares da reserva remunerada já foram indicados pelo Gabinete Militar do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ao setor de Recursos Humanos para trabalharem na segurança e vigilância dos edifícios-sede das comarcas do interior e da capital.

Esta medida foi possível graças a um convênio celebrado entre o Tribunal, a Corregedoria da Justiça e o governo do Estado. Três desses policiais já estão atuando na cidade de Rosário, que na semana passada teve o fórum invadido.

Ainda existem vagas a serem preenchidas. Como incentivo ao trabalho, o policial militar da reserva remunerada receberá como pagamento o valor de 50% dos proventos que já estiver percebendo às expensas do Tribunal. Para quem interessar, as inscrições devem ser feitas na sede do Quartel Geral da PM, no Calhau, no setor de Diretoria de Pessoal.

Para se inscrever o interessado deve ser policial da reserva remunerada; apresentar boas condições físicas, psicológicas, capacidade laboral e certidões negativas da justiça militar e comum; não ter não ter sido condenado por sentença transitada em julgado com pena superior a 2 anos de prisão ou qualquer outra pena por crime infamante ou ofensivo à dignidade militar; não responder a inquéritos; não ter tido mau comportamento na ativa, dentre outros. Mais informações pelo fone (98) 2106 9535.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

❖❖ **O Tribunal de Justiça do Maranhão realiza processo licitatório na modalidade concorrência, tipo menor preço, para contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a realização de construção do novo fórum de Porto Franco, entrância intermediária (732 km de São Luís).**

❖❖ A licitação acontecerá no dia 9 de junho, às 9h30, na sala da Comissão Permanente de Licitação no prédio da Diretoria Administrativa do Tribunal (sala 03, Rua de Nazaré, 173, Centro).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AMB vai pedir investimentos na segurança dos fóruns

A Associação dos Magistrados do Brasil vai pedir ao Tribunal de Justiça investimento efetivo na segurança dos fóruns estaduais, de modo a também proteger juízes e a comunidade, anunciou ontem, a desembargadora Sergia Mendonça Miranda. A magistrada, que é diretora da Secretaria da Mulher Magistrada, da AMB, esteve pela manhã no fórum de Rosário, condenou a invasão da unidade e levou a solidariedade da entidade à juíza Rosangela Prazeres.

De acordo com Sergia Miranda, a AMB vê o fato com muita preocupação. "A invasão do fórum atenta contra as prerrogativas da magistratura, e a atinge diretamente", avaliou. Para tratar de assuntos dessa ordem, a associação criou a Secretaria de Segurança dos Juízes.

A desembargadora e o assessor do presidente da AMB José Vanderley da Silva estiveram no local onde processos e a toga da juíza foram atirados ao Rio Itapecuru – por trás do fórum – e mais tarde viram exemplares resgatados a secar em uma sala. Papéis e a toga da juíza estão imprestáveis. Vários processos serão restaurados por empresa especializada.

A juíza disse que se sentia fortalecida com o apoio da AMB – e o respaldo anterior do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça e Associação dos Magistrados do Estado (AMMA) – e informou ter continuado a realizar júris depois da invasão.

Rosangela Prazeres relacionou a ação em Rosário a fator de intimidação do Judiciário, mais que a ela como magistrada. O presidente da AMMA, juiz Brígido Lages, pensa que uma resposta incisiva do Judiciário irá inibir situações de risco a fóruns e juízes. Um segundo tópico da reunião foi o atentado contra o juiz de Tuntum, Pedro Holanda Pascoal.

O inquérito aberto na delegacia de Rosário, e entregue a uma das três delegadas regionais, sugere que os invasores conheciam o fórum e a rotina de trabalho. Após entrarem por basculante na cozinha, foram diretamente ao gabinete da juíza e dali arrancaram só processos criminais.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Magistrados reafirmam garantia ao trabalho da Justiça em Rosário

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Gedeon, reafirmou ontem, durante reunião com a diretora da Secretaria de Assuntos da Mulher Magistrada da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargadora Sérgia Miranda, a disposição firme do Poder Judiciário de não se intimidar diante das agressões e ameaças sofridas pelos juízes maranhenses no exercício da magistratura.

Este ano, os juízes Rosângela Prazeres (Rosário), Pedro Holanda Pascoal (Tuntum); e, mais recentemente, Lúcia Quadros (Cururupu) foram alvo de ameaças em função de decisões que tomaram nos processos sob sua responsabilidade.

"Todas as providências para fazer prevalecer o princípio da autoridade da Justiça e do juiz já foram tomadas. As garantias e prerrogativas dos magistrados serão preservadas, para que eles cumpram sua missão com dignidade e independência", ressaltou Gedeon.

Vigilância – Segundo Gedeon, o TJMA está redimensionando o serviço de vigilância armada no âmbito do Judiciário, que deverá ser reforçado com cerca de 50 policiais da reserva da Polícia

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

DIVULGAÇÃO

Jamil Gedeon disse que ameaças não intimidarão o Judiciário

Militar do Maranhão.

A desembargadora Sérgia Miranda, que esteve na comarca de Rosário ontem, acompanhando o trabalho da juíza Rosângela Prazeres, disse que os atentados e vandalismos não impedirão o trabalho dos juízes e tampouco a sua independência. "Reagiremos com veemência e de forma severa contra os atos de vandalismo", afirmou.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, José Brígido Lages, jamais os juízes deixarão de realizar o seu trabalho devido a pressão ou ameaças. "Agredir o Judiciário é o mesmo que agredir a sociedade, pois ele é o guardião dos seus direitos", assinalou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Editorial

A volta do crime organizado

Dias terríveis viveu o Maranhão até que o crime organizado fosse extirpado do Estado numa ação conjunta da CPI do Narcotráfico, nacional, CPI do Crime Organizado, no Maranhão e secretaria de Segurança Pública, sob comando do hoje deputado Raimundo Cutrim.

Dias terríveis porque figuras de proa da sociedade comandavam assaltos a carros fortes, carretas, caminhões de carga e o crime de encomenda era tão comum que já nem provocava espanto na população. Delegados, vereadores, prefeitos e até juízes foram mortos, pois o manto da imunidade protegia os intocáveis que comandavam essas quadrilhas.

O Maranhão se prepara para ser uma espécie de Meca do desenvolvimento industrial. Mas tudo indica que o crime organizado está de volta ao mesmo palco e os primeiros profissionais formados são os profissionais da morte - pistoleiros bem pagos que eliminam os desafetos dos poderosos ou membros de outras quadrilhas.

Quilombolas em defesa de suas terras têm sido assassinados, lideranças rurais fazem parte de uma lista dos que estão marcados para morrer.

Na madrugada da ultima sexta-feira foi preso em Pedreiras Sandro Borges, um dos acusados no atentado ao juiz titular da comarca de Tumtum, Pedro Holanda Paschoal. Estava homisiado junto com Orleany Vieira Cruz, um dos envolvidos no crime. É preciso atentar, entretanto, para as palavras do juiz substituto, Rodrigo Otávio *Terças* para quem a ação contra o crime organizado na região já prendeu outros envolvidos no atentado: Orleans Moreira Cruz, Francisco Alcione Ramos Rodrigues, Otoniel Teixeira Silva, o "Gordo" e Ironeuton Ferreira da Silva. Este último seria o autor dos disparos contra a residência do juiz.

Por outro lado, o Fórum de Rosário foi invadido na madrugada por pessoas muito bem organizadas que dali subtraíram inúmeros processos, principalmente de natureza criminal. Os desembargadores Jamil Gedeon, presidente do Tribunal de Justiça, Antônio Guerreiro Júnior e José Bernardo Rodrigues estiveram na comarca um dia após o atentado em que os processos desapareceram.

O Jornal Pequeno tem alertado, com a constância que a responsabilidade da imprensa impõe, para a presença de uma nova leva de pistoleiros que não agem solitariamente no Maranhão. E sabe o juiz Rodrigo Otávio Terças que o crime organizado não é um fato das regiões onde os atentados aconteceram. Bandidos comuns não ameaçam nem atiram contra juízes; bandidos comuns não surrupiam processos de cartórios criminais.

O crime organizado está de volta e se chega já à ousadia de ameaçar e atentar contra magistrados, talvez seja por culpa das próprias autoridades que parecem não ter dado muita atenção àqueles que se dizem marcados para morrer e aos que foram mortos na disputa pela terra. É constrangedor, mas é preciso que isso seja dito.

Há muito poder, há dinheiro demais circulando em torno dos grandes empreendimentos que se instalam no Maranhão e é sempre em torno do poder e do dinheiro que o crime organizado se instala. Antes que seja tarde, é preciso cortar o mal pela raiz.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

■ Paternidade de alunos

Secretários de Educação do estado e município e diretores de escolas da rede pública de ensino serão chamados para reunião com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) dia 23, às 14h30, no Fórum do Calhau, na qual será proposta parceria com os juízes de Varas de Família para identificar alunos sem paternidade declarada em registro. A decisão é resultado de reunião na manhã de ontem, no fórum, do juiz auxiliar da CGJ Kleber Costa Carvalho com juízes das sete varas de família da capital.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Escolas serão chamadas a ajudar a identificar paternidade de alunos

Secretários de Educação do estado e município e diretores de escolas da rede pública de ensino serão chamados para reunião com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) dia 23, às 14h30, no Fórum do Calhau, na qual será proposta parceria com os juízes de Varas de Família para identificar alunos sem paternidade declarada em registro.

A decisão é resultado de reunião na manhã desta segunda-feira, 16, no fórum, do juiz auxiliar da CGJ Kleber Costa Carvalho com juízes das sete varas de família da capital.

Uma das idéias para o futuro encontro é que a convocação de mães ou alunos (caso de estudante maior) seja feita pela diretoria das escolas onde esses alunos foram identificados. Kleber Costa Carvalho sugeriu incluir na lista de convidados os diretores de escolas com índices maiores de estudantes na situação tratada.

Na reunião desta segunda-feira, destacou os números de alunos na situação identificados através de censo escolar: 453.993 em todo o Estado, dos quais 57.334 só na capital maranhense. Timon vem em segundo lugar, com 17.586 alunos sem paternidade reconhecida.

Em São Luís, o número de escolas listadas é de 669, entre estabelecimentos da rede pública e particular de ensino. Em apenas uma delas o número de alunos na situação é de 3.229. De acordo com o juiz, dados do CNJ sobre os alunos nessa situação foram filtrados, de modo que as escolas fossem separadas por município.

Foram elaborados nove anexos contemplando "as reais situações com as quais os juízes devem se deparar durante o trabalho", como o caso em que o aluno, maior de idade, se recusa a fornecer dados sobre o suposto pai; ou situações como a que a mãe informa que já existe ação de investigação de paternidade tramitando na Justiça, além de outras.

Dificuldades – Cientificados dos números e das determinações da Corregedoria Nacional da Justiça para a coleta de informações sobre o suposto pai, os juízes de varas de família da capital foram unânimes em reconhecer as dificuldades de pessoal e de material para realizar o trabalho.

Foi sugerida a convocação de parceiros para ajudar nessa identificação, entre eles a Defensoria Pública (para segunda etapa do trabalho) e os diretores de escolas, cujos registros possibilitaram o levantamento de alunos sem paternidade reconhecida.

Segundo Kleber Carvalho, seria utopia acreditar que todos os alunos listados pelo CNJ terão paternidade reconhecida. "Não podemos ficar de braços cruzados. Todo cidadão tem o direito de ter a paternidade reconhecida", ressalta. A juíza da 3ª Vara de Família, Joseane Bezerra, completa: "Não podemos alcançar todos, mas pelo menos estamos tentando".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça decide manter na cadeia vereador da cidade de Tuntum

Orleans Moreira Cruz, vereador do município de Tuntum, suspeito de ser o mandante dos disparos contra a casa do juiz da cidade, em 8 de abril, teve sua prisão revogada pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que respondia pelo plantão judiciário. Entretanto, a soltura do parlamentar - que é vice-presidente da Câmara de Vereadores daquela Comarca -, foi anulada pelo desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo. O vereador Orleans Moreira Cruz responde a processo por homicídio duplo de lavradores. PÁGINA 11

DIVULGAÇÃO

O vereador Orleans Moreira Cruz vai permanecer na cadeia

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça revoga soltura do vereador envolvido em atentado a juiz

O desembargador Raimundo Melo revogou, na tarde de ontem, a decisão proferida no plantão judicial de domingo, 15, pelo desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que determinou a soltura de Orleans Moreira Cruz, vereador do município de Tuntum, acusado, dentre outros crimes, de ser o mandante de dois homicídios e do atentado contra a casa do juiz Pedro Holanda Pascoal, ocorrido no dia 8 de abril deste ano. Moreira deverá aguardar preso até o julgamento do mérito do habeas corpus.

O vereador foi preso no último dia 10, durante ato público articulado pelo Poder Judiciário em apoio ao juiz da comarca. A defesa de Moreira ajuizou habeas corpus no domingo, 15, quando o desembargador Joaquim Figueiredo, em plantão, concedeu liminar, determinando a imediata soltura do vereador, que é vice-presidente da Câmara de Tuntum.

DIVULGAÇÃO

Orleans já responde por assassinato de dois lavradores

Após o plantão, os autos foram distribuídos ao desembargador Raimundo Melo, que passou a ser o relator do habeas corpus. O magistrado entendeu que a decisão proferida pelo plantonista deveria ser revogada.

Na decisão, Melo entendeu não estarem presentes os requisitos necessários à concessão da medida liminar e prossegue afir-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

mando que "a condução do processo deve ser deixada ao prudente arbítrio do magistrado, pois, a proximidade dos fatos e das provas lhe confere efetivamente a faculdade de ser quem melhor pode aferir a ocorrência de circunstâncias ensejadoras de determinadas medidas".

Soltura – Moreira responde a processo por homicídio duplo de lavradores, ocorrido em 18 de agosto de 2006. O mandado de prisão foi expedido pelo juiz Rodrigo Terças, que auxilia na comarca, a pedido de um grupo de promotores de justiça: Gabriel Gonçalves e Romel Patriota (ambos de Colinas) e Agamenon Batista de Almeida (de Cândido Mendes).

Segundo o advogado de Moreira, Edílson Araújo, faltou objetividade ao decreto da atual prisão de seu cliente, que teria sido relacionada a fatos alheios ao processo para fundamentar a decisão. Segundo a defesa, não houve elementos concretos para justificar a prisão, pois Moreira é homem público, com nove mandatos consecutivos de vereador, não tendo necessidade de se esconder ou ameaçar alguém.

O desembargador Figueiredo observou que o próprio STJ verificou a desnecessidade da prisão, cassando-a ainda em 2006, quando da abertura da Ação Penal. O fato de a criminalidade no município ter aumentado, como justificou o juiz Terças, para decretar a presente prisão de Moreira, não a justificaria. "Não se prestam para fundamentar a prisão preventiva somente a existência de indícios de autoria e prova da materialidade ou a mera alusão a requisito legal da segregação cautelar, sem apresentação de fato concreto determinante", ressaltou o desembargador plantonista em sua decisão, determinando que fosse expedido alvará de soltura em favor do mesmo. *(Portal do TJ-MA)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juiz autoriza aborto de feto anencéfalo em Grajaú

O juiz da 2ª vara de Grajaú, João Pereira Neto, autorizou a interrupção da gravidez de M. C. S., gestante de seis meses de feto anencéfalo. De acordo com a decisão, tomada na quinta-feira, 12, o procedimento deve ser realizado no Hospital São Francisco de Assis ou outro mantido pelo Sistema Único de Saúde – SUS no município.

João Pereira Neto autorizou ainda V.C.S.F. a acompanhar o procedimento, ficando junto da irmã e "prestando-lhe o apoio e auxílio necessário".

O magistrado determina que o hospital citado na decisão e o secretário de Saúde de Grajaú sejam informados da sentença e recebam cópias. "Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se o alvará", completa.

Essa é a segunda decisão do tipo autorizada por um magistrado maranhense nos últimos dois meses. A outra foi do juiz Márcio Brandão, da 1ª Vara de São José de Ribamar.

Risco – A sentença atende à ação de alvará judicial na qual M. C. S. requer autorização judicial para a interrupção de feto anencéfalo de alto risco. Entre as alegações da gestante destaca-se a de que é portadora de doença hipertensiva específica da gestação.

Segundo a autora da ação, o problema, verificado desde o início da gestação, foi constatado por meio de exames, edemas e outros sintomas. O desgaste emocional vivido em razão da anomalia, e que atinge o bem-estar físico, mental e psicológico, seria outro complicador.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CNJ faz revisão das inspeções realizadas na Justiça maranhense

Uma equipe de juízes e servidores da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça dá início nesta terça-feira (17), em São Luís, ao trabalho de revisão das inspeções realizadas no Tribunal de Justiça do Maranhão em outubro de 2008 e em setembro de 2009.

A revisão das inspeções será feita junto às unidades judiciárias e administrativas da Justiça comum estadual de primeira e segunda instância.

Determinada pela Portaria Nº 37/11, da Corregedoria Nacional de Justiça, a revisão das inspeções não atingirá a Justiça Federal comum ou especializada, mas serão colhidas junto a esses setores do Judiciário eventuais sugestões ou reclamações relativas às suas respectivas atribuições.

Os trabalhos serão conduzidos pelos juízes auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça, Nicolau Lupianhes Neto e Marlos Augusto Melek, com a assessoria do desembargador Silvio Marques Neto e dos servidores Benedito Eugênio de Almeida Siliano, Jacqueline Paiva Rufino e Maristela Costa de Arruda.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Jamil de Miranda Gedeon Jorge, desembargador, presidente do Tribunal de Justiça. Aniversaria amanhã.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AMB pede segurança nos fóruns do Estado

A Associação dos Magistrados do Brasil vai pedir ao Tribunal de Justiça investimento efetivo na segurança dos fóruns estaduais, de modo a também proteger juízes e a comunidade, anunciou ontem, 16, a desembargadora Sergia Mendonça Miranda. A magistrada, que é diretora da Secretaria da Mulher Magistrada, da AMB, esteve pela manhã no fórum de Rosário (MA), condenou a invasão da unidade e levou a solidariedade da entidade à juíza Rosangela Prazeres.

De acordo com Sergia Miranda, a AMB vê o fato com muita preocupação. "A invasão do fórum atenta contra as prerrogativas da magistratura, e a atinge diretamente", avaliou. Para tratar de assuntos dessa ordem, a associação criou a Secretaria de Segurança dos Juízes.

ATÉ A TOGA

A desembargadora e o assessor do presidente da AMB José Vanderley da Silva estiveram no local onde processos e a toga da juíza foram atirados ao Rio Itapecuru - por trás do fórum - e mais tarde viram exemplares resgatados a secar em uma sala. Papéis e a toga da juíza estão imprestáveis. Vários processos serão restaurados por empresa especializada.

A juíza disse que se sentia fortalecida com o apoio da AMB - e o respaldo anterior do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça e Associação dos Magistrados do Estado (AMMA) - e informou ter continuado a realizar júris depois da invasão.

Rosangela Prazeres relacionou a ação em Rosário a fator de intimidação do Judiciário, mais que a ela como magistrada. O presidente da AMMA, juiz Brígido Lages, pensa que uma resposta incisiva do Judiciário irá inibir situações de risco a fóruns e juízes. Um segundo tópico da reunião foi o atentado contra o juiz de Tuntum, Pedro Holanda Pascoal.

CONHECIDOS

O inquérito aberto na delegacia de Rosário, e entregue a uma das três delegadas regionais, sugere que os invasores conheciam o fórum e a rotina de trabalho. Após entrarem por basculante na cozinha, foram diretamente ao gabinete da juíza e dali arrancaram só processos criminais. A partir de quarta-feira da semana passada, três policiais da reserva cuidam da segurança do prédio.

A comarca deveria ter anunciado nesta segunda o levantamento do total de processos furtados e recuperados, o que não foi possível apesar dos servidores trabalharem no sábado. Na sexta-feira, 13, foi anunciada a recuperação de 24 processos.

De toga nova, a juíza vai presidir quatro júris na área criminal até o final de maio, o primeiro deles nessa terça-feira. Os próximos ocorrerão dias 19, 24 e 29.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Paternidade de alunos deve ser identificada

Secretários de Educação do estado e de São Luís assim como diretores de escolas da rede pública de ensino serão chamados para reunião com a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) dia 23, às 14h30, no Fórum do Calhau, na qual será proposta parceria com os juízes de Varas de Família para identificar alunos sem paternidade declarada em registro.

A decisão é resultado de reunião na manhã desta segunda-feira, 16, no fórum, do juiz auxiliar da CGJ Kleber Costa Carvalho com juízes das sete varas de família da capital.

Uma das idéias para o futuro encontro é que a convocação de mães ou alunos (caso de estudante maior) seja feita pela diretoria das escolas onde esses alunos foram identificados.

Kleber Costa Carvalho sugeriu incluir na lista de convidados os diretores de escolas com índices maiores de estudantes na situação tratada.

MAIS NA CAPITAL

Na reunião de ontem, destacou os números de alunos na situação identificados através de censo escolar: 453.993 em todo o Estado, dos quais 57.334 só na capital maranhense. Timon vem em segundo lugar, com 17.586 alunos sem paternidade reconhecida.

Em São Luís, o número de escolas listadas é de 669, entre estabelecimentos da rede pública e particular de ensino. Em apenas uma delas o número de alunos na situação é de 3.229. De acordo com o juiz, dados do CNJ sobre os alunos nessa situação foram filtrados, de modo que as escolas fossem separadas por município.

Foram elaborados nove anexos contemplando "as reais situações com as quais os juízes devem se deparar durante o trabalho", como o caso em que o aluno, maior de idade, se recusa a fornecer dados sobre o suposto pai; ou situações como a que a mãe informa que já existe ação de investigação de paternidade tramitando na Justiça, além de outras.

DIFICULDADES

Cientificados dos números e das determinações da Corregedoria Nacional da Justiça para a coleta de informações sobre o suposto pai, os juízes de varas de família da capital foram unânimes em reconhecer as dificuldades de pessoal e de material para realizar o trabalho.

Foi sugerida a convocação de parceiros para ajudar nessa identificação, entre eles a Defensoria Pública (para segunda etapa do trabalho) e os diretores de escolas, cujos registros possibilitaram o levantamento de alunos sem paternidade reconhecida.

Segundo Kleber Carvalho, seria utopia acreditar que todos os alunos listados pelo CNJ terão paternidade reconhecida. "Não podemos ficar de braços cruzados. Todo cidadão tem o direito de ter a paternidade reconhecida", ressalta.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação